

RECURSO ESPECIAL Nº 1.835.836 - SP (2019/0260626-9)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
RECORRENTE : **FAZENDA NACIONAL**
RECORRIDO : **JSL S/A**
ADVOGADOS : **LUIS FERNANDO GIACON LESSA ALVERS E OUTRO(S) - SP234573**
ANDRE CORREA DACCA - SP389836

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto pela FAZENDA NACIONAL, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, assim ementado:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. ADMINISTRATIVO. PERT. LEI Nº 13.496/2017. DEPOSITO JUDICIAL. REDUÇÕES PREVISTAS NA LEI DO PARCELAMENTO. PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA ISONOMIA.

1. Deve ser aplicado o princípio da razoabilidade, bem como da isonomia, visto que caso mantida a decisão agravada, os contribuintes que possuem depósito do montante integral, para fins da suspensão da exigibilidade do crédito tributário, não teriam qualquer benefício na adesão ao PERT, uma vez que sobre tais valores não haveria qualquer redução.

2. Precedentes jurisprudenciais: TRF4, AC nº 5058708-53.2017.4.04.7100, relator Des. Federal ANDREI PITTEN VELLOSO, data da decisão 27.11.2018 e TRF4, AG 5012972-35.2018.4.04.0000, relator Juiz Federal ALEXANDRE ROSSATO DA SILVA ÁVILA, data da decisão 25.07.2018.

3. Agravo de instrumento provido" (fl. 456e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a**, da Constituição Federal, a parte ora recorrente aponta violação ao art. 6º da Lei 13.496/2017, sustentando o seguinte:

"O v. Acórdão, ao entender que os débitos tributários da ora recorrida poderiam ser quitados, em razão da adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT, da maneira por ela escolhida, em desacordo com os exatos termos do diploma legal que instituiu o benefício em questão, reformando decisão que determinara a integral conversão em renda da União dos valores depositados nos autos, acabou por violar o artigo 6º da Lei nº 13.496/2017.

(...)

Portanto, ao pretender a recorrida o levantamento de parte do montante, em razão da aplicação dos descontos previstos para a modalidade de pagamento à vista constante do artigo 2º, inciso II da Lei nº 13.496/2017, hipótese diversa da dos autos, passa a exigir do Poder Judiciário algo que não lhe seria conferido administrativamente, criando uma nova modalidade de parcelamento sem qualquer respaldo legal e em detrimento dos demais contribuintes e do interesse público.

Nessa toada, cumpre salientar, que é o pleito da autora, ora recorrida, que significa patente infração ao princípio da isonomia, ao pretender condições especiais para aderir ao parcelamento, em evidente prejuízo dos demais contribuintes que formularam opção pelo programa de acordo com as regras estabelecidas ou, por não concordarem com elas, deixaram de aderir.

Ora, como é cediço, o parcelamento em questão é benefício instituído em favor do contribuinte que, ao mesmo tempo que confere benesses aos optantes, nos termos da Lei, impõe, no entanto e em contrapartida, a necessidade de que sejam cumpridas as normas respectivas, daí porque é facultativo.

Ou seja, por evidente, caso se decida pela adesão ao programa, mostra-se defeso ao devedor obter os benefícios correlatos, sem a observância das regras existentes, sob pena de ofensa à lei e à igualdade.

Por opção legislativa, tem-se que a Lei nº 13.496/2017 expressamente restringiu a aplicação das reduções nela previstas em relação aos débitos garantidos por depósito judicial, diante da situação peculiar de tais dívidas, sendo defeso ao Poder Judiciário, portanto, aumentar tais descontos em favor de determinados contribuintes, sob pena de ofensa a diversos princípios constitucionais.

Segundo esse dispositivo, os depósitos atrelados a inscrições a serem parceladas devem ser transformados em pagamento definitivo antes da inclusão do débito no PERT, sem descontos. Ou seja, se houver, após a imputação do pagamento, quantia remanescente, esta é que será levada ao parcelamento.

Realmente, dúvida não há de que é o pleito da recorrida que, além de infringir a lei - artigo 155-A do Código Tributário Nacional e artigos 1º, § 4º e 6º da Lei nº 13.496/2017 -, e a igualdade, exige do Judiciário atuação que, evidentemente, invadiria a competência dos outros Poderes" (fls. 468/469e).

Por fim, requer o provimento do Recurso Especial.

Contrarrazões a fls. 485/494e.

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fls. 513/515e).

A irresignação não merece conhecimento.

Para melhor elucidação, transcrevo a fundamentação do acórdão recorrido:

"Em que pese as alegações da agravada quanto à violação dos princípios da isonomia, da igualdade e da Separação dos Poderes, é certo que vislumbro relevância na fundamentação da ora recorrente.

Ora, entende-se que, in casu, deve ser aplicado o princípio da razoabilidade, bem como da isonomia, visto que caso mantida a decisão agravada, os contribuintes que possuem depósito do montante integral, para fins da suspensão da exigibilidade do crédito tributário, não teriam qualquer benefício na adesão ao PERT, uma vez que sobre tais valores não haveria qualquer redução.

Nesse sentido, inclusive, já há entendimento jurisprudencial:

(...)

Dessa forma, não vislumbro violação aos princípios constitucionais mencionados pela União Federal" (fls. 460/462e).

Ao que se tem, o Tribunal regional, ao dar provimento ao Agravo de Instrumento, decidiu o tema à luz da ponderação de princípios constitucionais, o que torna inviável a análise da questão, no mérito, em Recurso Especial, sob pena de usurpação da competência do STF.

No mesmo sentido:

"TRIBUTÁRIO. ADESÃO AO PERT. DEPÓSITOS JUDICIAIS. APROVEITAMENTO COM DESCONTOS. POSSIBILIDADE. ART. 6º DA MEDIDA PROVISÓRIA N.º 783/2017. PRINCÍPIOS DA ISONOMIA, DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. ENFOQUE CONSTITUCIONAL. INVIÁVEL A ANÁLISE EM RECURSO ESPECIAL.

1. O acórdão recorrido consignou: 'A interpretação do referido normativo dada pela autoridade fiscal é a de que primeiro converte-se em renda da União ou transforma-se em pagamento definitivo o depósito judicial, vinculado a débito em discussão ou oriundo de constrição judicial repassado à conta única do Tesouro Nacional, no intuito de liquidar (total ou parcialmente) a dívida objeto do litígio ou cobrança, sem descontos e, apenas o saldo remanescente, se houver, poderá ser liquidado parceladamente e com descontos em alguma das modalidades previstas nos arts. 2º ou 3º da norma citada. Todavia,

tenho que esse não é o tratamento mais adequado e isonômico ao contribuinte que garantiu o débito em dinheiro, em contraposição com aquele que nada garantiu ou ofereceu outros bens para sua garantia. Ademais, a exigência da alocação do valor depositado, caso seja maior do que a dívida incluída, implicaria pagamento integral à vista e sem qualquer benefício para o sujeito passivo, mas apenas para a Fazenda Pública por conta da desistência da ação judicial renunciada, o que não se revela razoável ou proporcional'.

2. A matéria em debate foi decidida, pelo Tribunal a quo, sob o enfoque eminentemente constitucional (princípios da isonomia, da proporcionalidade e da razoabilidade), o que torna inviável a análise da questão, no mérito, em Recurso Especial, sob pena de usurpação da competência do STF.

3. Recurso Especial não conhecido" (STJ, REsp 1.754.571/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 23/11/2018).

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. (...). PARCELAMENTO TRIBUTÁRIO. ERRO DE FORMA. **APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE EM CONFRONTO COM O DA LEGALIDADE. ENFOQUE CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA DO STF. APLICAÇÃO DA SÚMULA 126 DO STJ.**

(...).

2. O Tribunal de origem, ao decidir a controvérsia, assim o fez confrontando o princípio da razoabilidade com o cânone da legalidade, conferindo ao acórdão recorrido, portanto, fundamento constitucional.

3. Quando a controvérsia é solucionada com fundamento em princípios ou dispositivos constitucionais, o recurso especial é inviável, sob pena de usurpação da competência reservada pela Constituição ao Supremo Tribunal Federal. (...).

5. Recurso especial conhecido em parte e, nessa extensão, não provido" (STJ, REsp 1.598.596/RS, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 21/06/2017).

"PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. OFENSA AO ART. 535 DO CPC/1973 NÃO CONFIGURADA. PENHORA. BACENJUD. AUSÊNCIA DE CITAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE, EM REGRA.

1. A solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não

caracteriza ofensa ao art. 535 do CPC/1973.

2.O STJ possui entendimento de que a penhora deve ser realizada concomitantemente à citação, e não antes desse ato processual.

3. O Tribunal de origem decidiu a controvérsia acerca do parcelamento sob o enfoque eminentemente constitucional (princípio da razoabilidade e da proporcionalidade), o que torna inviável a análise da questão, em Recurso Especial, sob pena de usurpação da competência do STF.

4. Recurso Especial parcialmente conhecido e nessa parte não provido" (STJ, REsp 1.641.140/PE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 18/04/2017).

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. (...). **MATÉRIA CONSTITUCIONAL. EXAME NO APELO ESPECIAL. IMPOSSIBILIDADE.** ALÍNEA 'C'. NÃO DEMONSTRAÇÃO DA DIVERGÊNCIA.

(...).

2. É inviável pelo STJ analisar a matéria de fundo de ordem constitucional (princípios: proporcionalidade, razoabilidade, legalidade tributária, hierarquia das leis, separação dos poderes, moralidade e eficiência), uma vez que compete exclusivamente ao Supremo Tribunal Federal o exame de violação a dispositivo da Constituição da República, nos termos do seu art. 102, III, 'a'.

(...)

4. Agravo Regimental não provido" (STJ, AgRg no REsp 1.438.487/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 23/05/2014).

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, **não conheço** do Recurso Especial.

I.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora